



BRASILIANAS

William França
brasilianas.cm@gmail.com

Reprodução/TV Globo

Para mudar percepção da população, GDF decide usar estações do metrô como unidades de saúde

Pesquisas, como as do Observa-DF, da UnB, indicam que a saúde pública é (disparado) o maior problema da população do DF

Com as eleições de 2026 batendo à porta, o GDF anunciou na semana passada que pretende usar pontos comerciais desocupados de pelo menos cinco estações de Metrô-DF para transformá-las em unidades de saúde. Pesquisas de opinião, como as realizadas pelo Observa-DF, rede de pesquisa com foco no Distrito Federal coordenado pela Universidade de Brasília (UnB), indicam que a saúde pública é, disparado, o maior problema enfrentado hoje pelos brasilienses.

A última pesquisa do Observa-DF, de abril deste ano, indicou que a saúde pública foi o problema mais citado por 49,2% da população do DF. Em segundo lugar aparece segurança pública (com 17,4%)

e em terceiro educação, com distantes 6%. Segundo o relatório da pesquisa, ela “confirmou uma preocupação persistente: a saúde segue como o principal problema para cerca de metade da população e é a área mais mal avaliada do governo, sem sinais de melhora.”

Na tentativa de reverter este quadro, na semana passada o governador Ibaneis Rocha (MDB) - tendo ao lado a vice-governadora Celina Leão (PP) - fez o anúncio de que pretende transformar as áreas comerciais do Metrô-DF (que em boa parte seguem ociosas, desde que foram construídas) em unidades de saúde, para oferecer serviços como fisioterapia, odontologia e atendimento à comunidade.

Segundo o GDF, essa iniciativa é parte de uma estratégia

para levar saúde mais perto da população, aproveitando a estrutura do metrô como ponto de acesso rápido e democrático.

“Todas receberão unidades de saúde, com serviços de fisioterapia, odontologia e atendimento comunitário, em especial para pessoas com deficiência, aproveitando a facilidade de acesso proporcionada pelo transporte metroviário. A expectativa é que, no futuro, esse projeto seja ampliado para outras estações em construção, levando saúde cada vez mais perto da população”, afirmou o governador, quando do anúncio.

Uso das estações: como é e como será

Atualmente, a estação da 102 Sul tem uma unidade do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (Ceam) e



Uma das unidades da farmácia de alto custo funciona na Estação da 102 Sul, do Metrô-DF

funciona ainda uma unidade da Farmácia de Alto Custo do DF. Na estação da 112 Sul funciona a Central de Atendimento à Pessoa com Deficiência (CaDPCD) e a Central de Intermediação em Libras, ambas ligadas à Secretaria da Pessoa com Deficiência. Na estação da 114 Sul funcionam um escritório regional da Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal) e um atendimento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) para solicitação e acesso a órteses e próteses ambulatoriais.

Pelos planos do GDF, na estação da 106 sul, está sendo previsto uma unidade de atendimento primário e de reabilitação funcional. Na estação da 108 Sul estão previstos aten-

dimento comunitário, fisioterapia e odontologia. Na 110 Sul, está sendo previsto um megacentro de saúde bucal. Na estação da 114 Sul, um centro de reabilitação avançado (com fisioterapia, nutrição e cardiologia). E na estação ParkShopping, atendimento comunitário, fisioterapia e odontologia.

Segundo dados do Metrô-DF, repassados ontem à “Brasiliianas”, as estações da Asa Sul recebem hoje cerca de 3 mil passageiros por dia e, na do ParkShopping, o número salta para 10 mil usuários.

Remanejamento

Segundo Ibaneis Rocha, o projeto de adaptação das estações está avançado: a estação 108 já concluída e a 110 em fase adianta-

da, com previsão de inauguração até o final do ano. O secretário de Saúde, Juracy Lacerda, afirmou que as licitações estão sendo agilizadas para reduzir o tempo entre projeto e execução, garantindo a modernização das unidades de saúde de forma rápida e eficiente.

O secretário de Saúde disse ainda que, para viabilizar as unidades médicas nas estações de metrô, a pasta promove a descentralização de profissionais. “Estamos remanejando equipes e ajustando a alocação de pessoal para garantir que os profissionais atendam nessas novas unidades, sem comprometer o funcionamento das demais unidades de saúde da rede”, afirmou.

Mais de 1 milhão de solicitações em lista de espera no DF

Ontem, dia 22 de setembro de 2025, a lista de espera por consultas e exames na saúde pública do DF tinha exatas 1.095.744 solicitações, indicando 577.806 pacientes. A fila de espera indicava que uma pessoa está esperando, em média, 732 dias para conseguir ser atendida.

Os dados estão no painel “Mapa da Saúde”, que contém dados da Secretaria de Saúde e são monitorados pelo Ministério Público do DF.

Além disso, ontem o MP contabilizava o ajuizamento de 7.027 consultas e de 4.057 exames, que ainda estão pendentes - apesar de estarem solicitados formalmente.

No caso de solicitações de fisioterapia, o Ministério Público registrava 126 ações ajuizadas, solicitando consultas, e outros 72 solicitando atendimento odontológico.



As filas de espera, acompanhadas pelo Ministério Público do DF, indicam mais de 1 milhão de solicitações no aguardo

Desde outubro de 2024, o Ministério Público vem intensificando suas críticas quanto à precariedade da rede pública de saúde do DF. Naquele mês, o MPDFT entrou com uma ação civil pública contra o Governo do DF e o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (IGES-DF), que administra boa parte das unidades públicas.

O documento afirma que os pacientes enfrentam uma verdadeira “via crucis” para conseguir atendimentos, com superlotação nas UPAs e hospitais regionais.

falta de profissionais e leitos de retaguarda; longas filas e restrições de atendimento (“bandeiramento”) e casos graves de negligência, inclusive envolvendo crianças.

“Os pacientes enfrentam verdadeira via crucis até conseguir um atendimento digno, perambulando de unidade em unidade de saúde, enfrentando sucessivas negativas e restrições de atendimento [...] privação ao direito fundamental à saúde”, afirma trecho da ação civil pública do MPDFT.

GDF vai negociar dívidas ativas de IPTU, IPVA e TLP

O Governo do Distrito Federal abriu mais uma oportunidade para contribuintes quitarem débitos de IPTU, IPVA e TLP inscritos em dívida ativa. Na noite de sexta-feira (19), a edição B do Diário Oficial (DODF) trouxe a publicação de dois editais de negociação, que oferecem condições especiais para pagamento dessas dívidas antigas com descontos em juros e multas, e até parcelamento.

“Com esse regramento, o Governo do Distrito Federal reforça o compromisso de facilitar a regularização fiscal dos contribuintes, oferecendo condições vantajosas para quem deseja limpar seu nome. É uma oportunidade para que o contribuinte comum e empresas reorganizem suas finanças e, ao mesmo tempo, contribuam para o fortalecimento das contas públicas”, destacou o secretário de Economia, Daniel Izaías de Carvalho.

Podem participar pessoas físicas e jurídicas com débitos desses tributos em dívida ativa, mesmo que já estejam em cobrança judicial. Conforme os editais, não poderão aderir dívidas em fase apenas administrativa, garantidas integralmente por depósito ou seguro, ou que não se enquadrem nos impostos mencionados.



Contribuintes com débitos de IPTU, IPVA e TLP inscritos em dívida ativa terão condições especiais para pagamento do valor devido

A adesão à negociação é exclusivamente online, pelo portal Negocia-DF. Entre os dias 15 de outubro de 2025 e 10 de janeiro de 2026, estará aberto o prazo para quem tem dívidas há mais de dois anos que somam até R\$ 39.009,51. Para dívidas com valores superiores, a adesão deve ser formalizada entre os dias 1º de outubro de 2025 até o dia 2 de janeiro de 2026, no mesmo site.

Todos os interessados devem preencher o formulário eletrônico, selecionar as dívidas a serem negociadas, apresentar documentos de identificação e assinar digitalmente o termo de transação. Quem aderir ao programa deve-

rá desistir de eventuais ações ou recursos relacionados às dívidas, manter a documentação em dia e cumprir rigorosamente o acordo. O não pagamento de três parcelas — consecutivas ou não — ou atraso superior a 90 dias resultará na rescisão do benefício e na retomada da cobrança.

Os descontos variam conforme a forma de pagamento e o tamanho da dívida. O regramento para os pequenos devedores — com dívida ativa até R\$ 39.009,51 de IPTU, TLP e IPVA — está descrito no Edital de Transação PGDF/Seec nº 4. Para esse grupo há a opção de quitação em parcela única.

Lembra como a vida era difícil para milhares de famílias antes dos programas sociais deste GDF?



SAIBA MAIS.

800 mil pessoas beneficiadas, hoje, todos os meses, pelos programas sociais.

Este GDF vai lá e faz.

